



CONTAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2002-2018

Alguns apontamentos

Darcy Francisco Carvalho dos Santos
darcyfcs@terra.com.br

Sumário

1. Introdução	2
2. Comportamento das principais variáveis financeiras	2
2.1. Receita corrente líquida - RCL	3
2.2. Indicadores financeiros em % da RCL	4
a) Margem para investir e investimentos	4
b) Serviço da dívida e resultado primário.....	5
c) Despesa com pessoal mais ODC.....	9
c.1.) Despesa com previdência.....	11
d) Resultado orçamentário e receitas de capital.....	13
3. Estado de Santa Catarina no “ranking” nacional em 2018	17
Conclusão	18
Referências Bibliográficas	20
ANEXO DE TABELAS	20

1. Introdução

Inicialmente, cabe destacar que até 2009 a fonte de dados adotada para esta análise foi o arquivo “Execução Orçamentária dos Estados, da STN, que com o passar dos anos, deixou muito a desejar, por conter duplas contagens em despesa de pessoal e registros em outras despesas correntes (ODC) do que seria despesa de pessoal. Por isso, damos mais ênfase à análise da soma pessoal mais ODC (despesa corrente não financeira). Também deixou de constar o passivo financeiro e não financeiro, o que impediu de fazer uma análise que envolvesse esses indicadores.

Diante dessa dificuldade, a partir de 2010, passamos a coletar os dados junto aos *sites* dos próprios estados, nos demonstrativos da lei de responsabilidade fiscal, especialmente o “Resultado Resumido da Execução Orçamentária – RREO e o Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

2. Comportamento das principais variáveis financeiras

Nesta parte é feita uma análise da evolução das principais variáveis financeiras em proporção da receita corrente líquida – RCL.

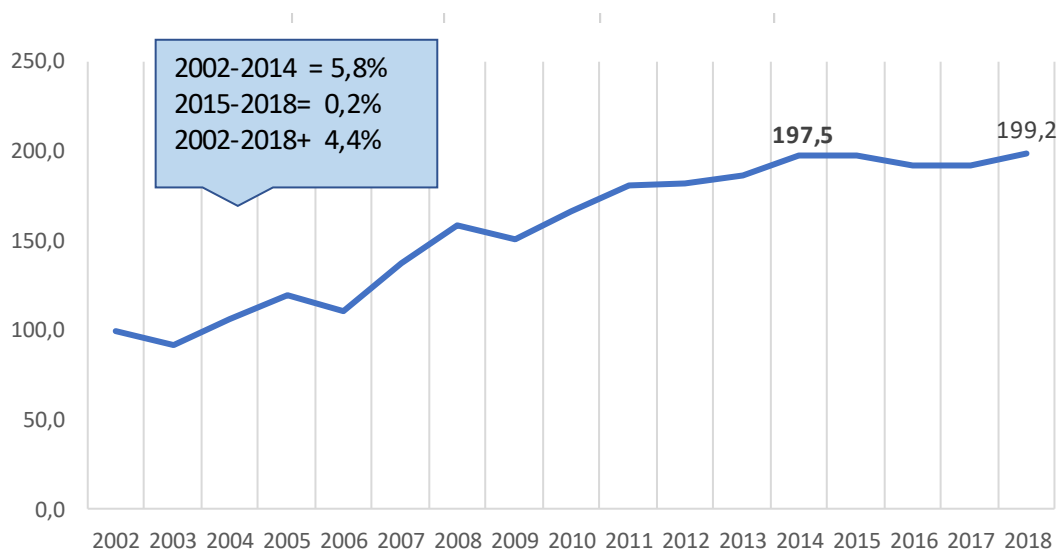
A RCL considerada não é aquela da lei de responsabilidade fiscal - LRF que, diante das diversas exclusões da própria lei e das interpretações posteriores, deixou de ser um parâmetro adequado para comparações. Por isso, adotamos a RCL gerencial, constituída da receita corrente, menos as transferências aos municípios e também as perdas do Fundeb. Dito de outra forma, a RCL considerada é a parcela da receita corrente que, efetivamente, fica com os estados. Por isso, começamos a análise da evolução da própria RCL.

Adotamos a RCL da LRF apenas para medir o endividamento, na relação DCL/RCL. Os dados financeiros em seus valores absolutos estão geralmente atualizados pelo IPCA, pela sua variação média anual.

2.1. Receita corrente líquida - RCL

A RCL do Estado de Santa Catarina no período 2002 a 2018 cresceu a uma taxa real média anual de 4,4%. O grande crescimento se verificou no período 2002-2014, quando a receita cresceu 97,5%, numa taxa média de 5,8%. A partir de 2015, em decorrência da crise econômica, o crescimento anual foi de apenas 0,2% (gráfico 2.1).

Gráfico 2.1. Estado SC - Evolução relativa da RCL entre 2002-2018, em termos reais

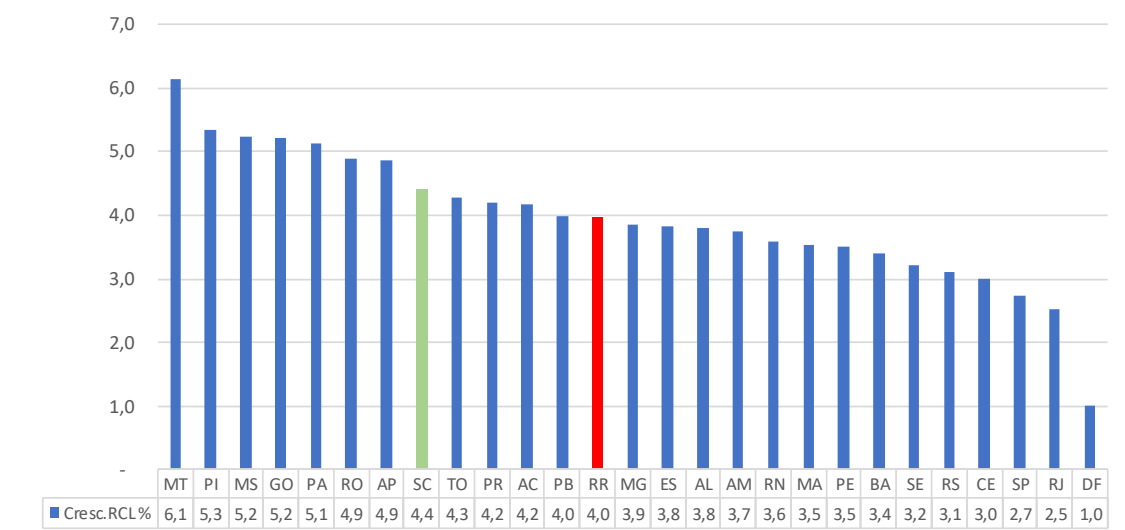


Fonte: Até 2009 - STN - Execução orçamentária dos estados. Após: Levantamento junto aos RREOs dos estados.

(S.Catarina - Indicadores financeiros/RCL estados/H-113)

Já o gráfico 2.2 oferece a comparação entre o crescimento da RCL dos estados, em que o Estado de S. Catarina, com 4,4%, ocupou a oitava colocação no País, acima da média e da mediana nacional. A mediana dos estados, ocupada por RR, foi de 4%, ficando RJ (2,5%) em penúltimo e DF (1%), em último.

Gráfico 2.2. Taxa de crescimento real anual da RCL dos estados, 2002-2018, em ordem decrescente



Fonte: Até 2009 -STN - Execução orçamentária dos estados. Após: Levantamento junto aos RREOs dos estados.

(S. Catarina - Indicadores financeiros/RCL estados/G-80)

2.2. Indicadores financeiros em % da RCL

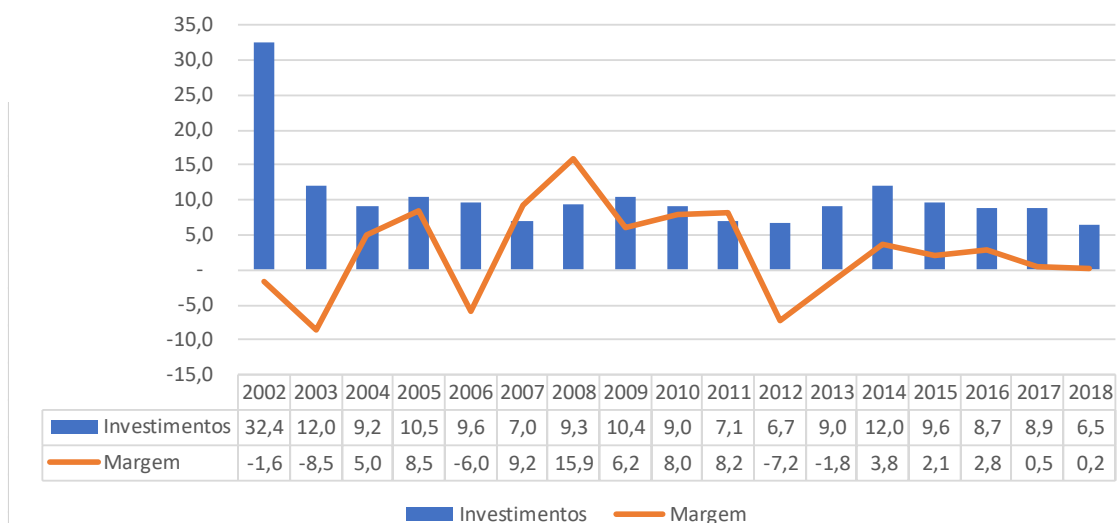
A tabela 2.1 apresenta os principais agregados de despesa como proporção da RCL, os quais estão analisados de modo particular nos gráficos e tabelas seguintes.

a) Margem para investir e investimentos

A margem para investir, a poupança do governo, é a diferença entre a receita corrente líquida e a despesa total, exceto os investimentos. Nos 17 anos do período considerado, em **cinco deles ela foi negativa**, o que significa que o Estado de S. Catarina foi deficitário, mesmo com zero de investimentos. **Ela foi menor que os investimentos em 14 anos**, que indica que grande parte dos investimentos foram feitos com recursos de terceiros, como pode se observar na tabela 2.1, onde está demonstrado a participação das **receitas de capital**, cuja predominância são os financiamentos obtidos.

Deve ser destacado que de 2009 em diante somente em um ano a margem para investir foi superior aos investimentos e, assim mesmo, em 1,1% da RCL.

Gráfico 2.3 - Estado de S.Catarina - Margem para investir e investimentos, 2002-2018, em % da RCL



Fonte: Até 2009 -STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: Levantamento junto aos RREOs dos estados.

(S.Catarina - indicadores financeiros/planilha 2/D76)

Esses financiamentos devem ter contribuído para o alto valor despendido com serviço da dívida, que baixou como o novo acordo da dívida de 2016, adiante tratado (tabela 2.1).

A margem para investir que foi menor que os investimentos na maioria do período, entrou em grande declínio a partir de 2009, conforme se observa no gráfico 2.3. A partir de 2014 ela se recuperou um pouco, mas ficou muito aquém dos investimentos.

b) Serviço da dívida e resultado primário

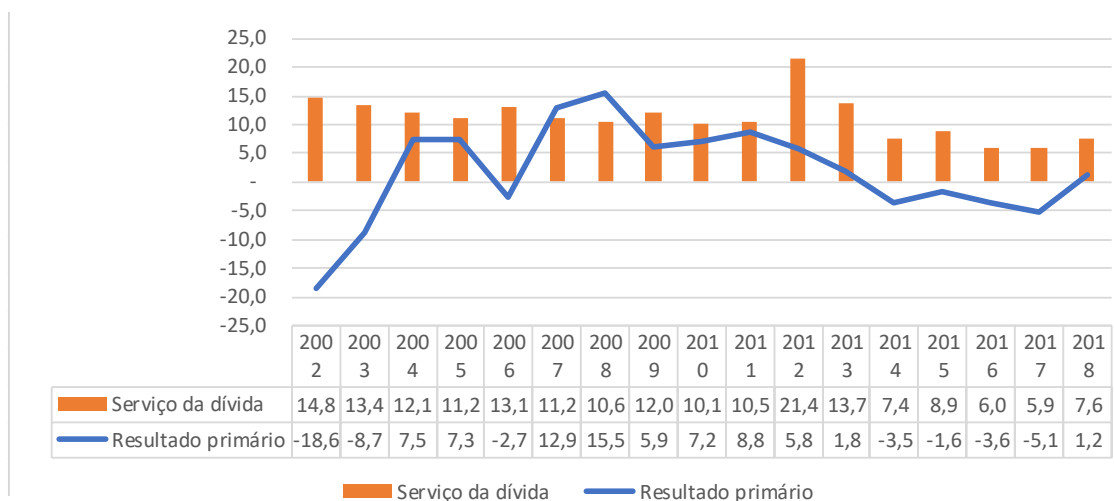
O resultado primário é destinado ao pagamento do serviço da dívida, mas somente em dois anos em 17, ele foi maior que este último. Entre 2014 e 2017 foi **negativo**, o que foi amenizado pela redução do serviço da dívida, especialmente após 2016, devido ao novo acordo com a União.

b.1. Acordo da dívida de 2016

A queda do valor do serviço da dívida, já referida, no último triênio decorreu do novo acordo da dívida dos estados com o Governo Federal, com base nas leis complementares n°s 148 e 153/2015, que prorrogou o prazo por mais 20

anos, trocou de indexador, de IGP-DI para IPCA, reduziu os juros de 6% para 4%. Além disso, concedeu 100% de desconto nas prestações por seis meses em 2016, desconto esse que passou a ser crescente, na razão de 1/18 em cada mês, até junho de 2018

Gráfico 2.4. Estado de S;Catarina - Serviço da dívida e resultado primário, 2002-2018, em % da RCL



Fonte: Até 2009 -STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: Levantamento junto aos RREOs dos estados.

(S.Catarina - indicadores financeiros/planiha 2/D84)

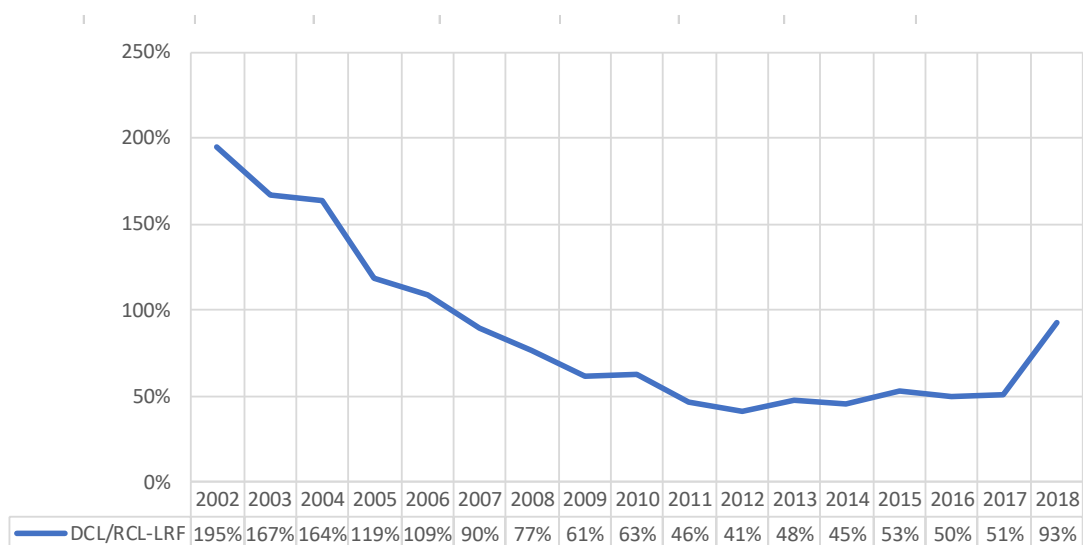
Tabela 2.1. Indicadores financeiros do Estado de S.Catarina, 2002-2018, em % da RCL(*)																		
INDICADORES	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Média
Previdência	21,1	23,4	20,6	18,6	22,4	19,1	16,9	18,6	19,2	19,5	21,0	21,6	22,5	24,3	26,2	27,0	26,7	21,7
Contrib.servidores													3,2	3,6	3,8	10,6	4,3	5,1
Investimentos	32,4	12,0	9,2	10,5	9,6	7,0	9,3	10,4	9,0	7,1	6,7	9,0	12,0	9,6	8,7	8,9	6,5	10,5
Margem para investir (**)	-1,6	-8,5	5,0	8,5	-6,0	9,2	15,9	6,2	8,0	8,2	-7,2	-1,8	3,8	2,1	2,8	0,5	0,2	2,7
ODC	27,6	30,1	25,3	24,6	29,0	25,3	24,8	28,7	28,0	26,3	26,9	28,7	27,5	27,2	28,2	29,5	29,8	27,5
Pessoal + ODC	86,8	95,1	82,9	80,3	92,9	79,6	73,6	81,9	81,9	81,3	85,8	88,1	88,8	89,0	91,2	93,6	92,2	86,2
Pessoal e enc.sociais	59,2	65,0	57,6	55,7	63,9	54,3	48,8	53,2	53,9	55,0	58,8	59,4	61,3	61,8	63,0	64,1	62,4	58,7
Receitas de capital	29,4	3,2	2,6	1,7	3,2	2,6	2,4	1,1	1,1	1,1	11,6	13,2	10,2	6,3	6,4	7,4	1,2	6,2
Res.orçamentário	-4,6	-17,3	-1,6	-0,2	-12,3	4,9	9,0	-3,1	0,0	2,2	-2,3	2,4	2,1	-1,2	0,5	-1,0	-5,0	1,6
Resultado primário	-18,6	-8,7	7,5	7,3	-2,7	12,9	15,5	5,9	7,2	8,8	5,8	1,8	-3,5	-1,6	-3,6	-5,1	1,2	1,8
Serviço da dívida	14,8	13,4	12,1	11,2	13,1	11,2	10,6	12,0	10,1	10,5	21,4	13,7	7,4	8,9	6,0	5,9	7,6	11,2
DCL/RCL-LRF	183,0%	145,0%	195,0%	167,0%	164,0%	119,0%	109,0%	90,0%	77,0%	61,0%	63,0%	46,0%	45,0%	53,0%	50,2%	51,1%	92,9%	
Fonte: Até 2009 - STN Exec.orçamentária dos estados . A contar de 2011 - Levantamento juntos aos RREOs e aos Relatórios de Gestão Fiscal.													nd= não houve levantamento na ocasião					
Nota: Entre os estados há critérios diferentes de classificação entre o que seja despesa com pessoal e ODC.																		
(*) RCL gerencial = Rceitas corrente deduzida das perdas do Fundeb -transferências constitucionais e legais aos municípios.																		
(**) RCL menos despesa de pessoal, ODC e serviços da dívida. (S. Catarina - Indicadores financeiros/planiha2/c7).																		

A partir de 2012 houve grande declínio do resultado primário, que passou a ser negativo a contar de 2014. Ao mesmo tempo houve um aumento das operações de crédito, que foram elevadas até 2017, numa média de 8,4% da RCL no período 2012-2017 (tabela 2.2) o que contribuiu para a mudança no grau de endividamento do Estado, conforme expresso no gráfico 2.5.

Tabela 2.2. Operações de crédito de S.Catarina, 2012-2017			
R\$ milhões correntes.			
Anos	Operações de crédito	RCL gerencial	OC/RCL
2012	1.661,2	15.050,0	11,0%
2013	2.054,9	16.454,0	12,5%
2014	1.743,4	18.489,0	9,4%
2015	1.146,9	20.161,0	5,7%
2016	1.367,3	21.352,0	6,4%
2017	1.572,2	22.090,0	7,1%
Totais	9.545,9	113.596,0	8,4%
Obs.: Integram as receitas de capital.			
Fonte: RREOS do Estado.			
S.Catarina - Indicadores financeiros/pla2 - B52).			

O endividamento do Estado, expresso pela razão DCL/RCL, que fora decrescente até 2012, a partir de 2013 passou a crescer, passando de um índice de 63% para 93%. Chama atenção o alto crescimento do endividamento em 2018, quando a relação passou de 51% para 93% (gráfico 2.5).

Gráfico 2.5. Estado de S.Catarina - Dívida consolidada líquida (DCL) em % da RCL



http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/indicadores-fiscais-e-de-endividamento
 até 2015. Após: Relatório de Gestão Fiscal do Estado.
 (S.Catarina - indicadores financeiros/planilha 2/D114)

c) Despesa com pessoal mais ODC

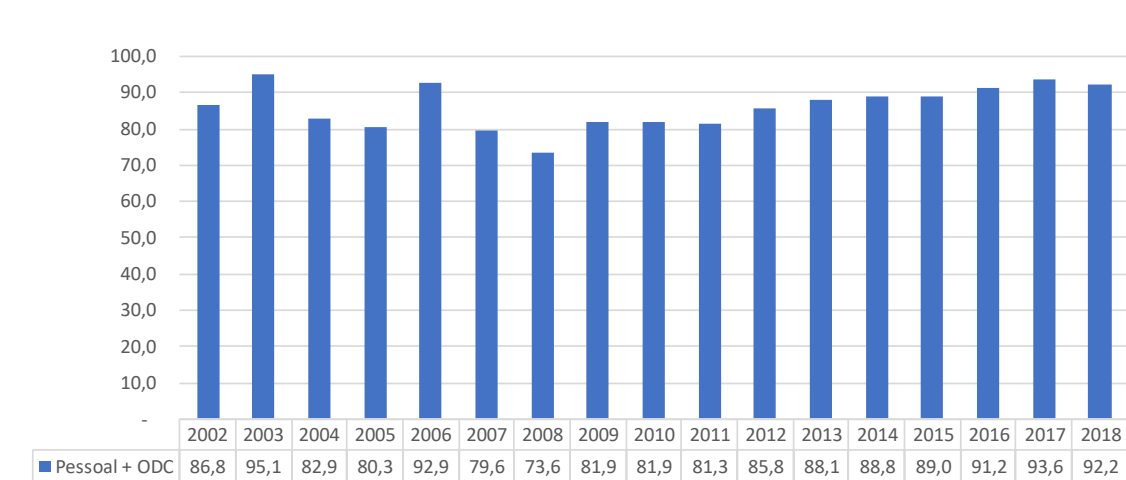
Conforme citado na Introdução, as duplas contagens e a troca de grupo de registro da despesa, em alguns estados, tornaram difícil a análise da despesa com pessoal de forma isolada (não agregada às ODC).

Além disso, a despesa com pessoal e encargos sociais não é analítica, de forma a identificar pessoal ativo, inativo e pensionistas. Esses últimos constam como despesa com previdência em demonstrativo próprio nos RREOs. No entanto, a diferença entre a despesa total com pessoal e a despesa com previdência não pode ser considerada pessoal ativo, porque essa diferença contém outros itens que podem ter origem tanto nos servidores ativos, como nos inativos e pensionistas, como despesas de exercícios anteriores, sentença judiciais, etc.

Por isso, damos mais ênfase a despesa com pessoal mais outras despesas correntes (ODC), que se trata da despesa **corrente não financeira, cuja** participação na RCL no período em causa está na o gráfico 2.6, seguinte.

O Estado de Santa Catarina está despendendo muito recursos em despesa corrente não financeira (pessoal mais ODC). A partir de 2012, quando somada ao serviço da dívida fica muito perto ou ultrapassa 100%. Com isso, os investimentos só podem ser realizados com recursos de terceiros, aumentando o endividamento e o serviço da dívida. A situação teria sido ainda muito pior, não fosse o acordo da dívida de 2016. Não fosse ele, em sete anos entre 2012 e 2018, em cinco deles teria havido altos déficits.

Gráfico 2.6. Estadp de S.Catarina - Despesa com pessoal mais Outras despesas correntes (ODC)



Fonte: Até 2010 -STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: RREOs do Estado.
(S.Catarina - indicadores financeiros/planilha 2/E-140)

O grande problema dos estados é que **sua maior despesa, a despesa com a folha de pagamentos**, continua crescendo mesmo quando reduz o crescimento da receita. Com isso surgem os déficits, que são de difícil redução ou eliminação, devido **à rigidez dessa despesa**. Isso é nítido no período 2015-2018, quando a RCL cresceu apenas 0,2% ao ano e a despesa com pessoal, mesmo tendo crescido pouco, cresceu muito mais que a RCL: 0,7% e pessoal mais ODC, 1,2%.

No demais períodos, sempre ambas as despesas cresceram acima da RCL. Já no período 2011-2014, cresceram muito mais, especialmente pessoal. Nesse período, os estados, de um modo geral, aumentaram muito sua despesa com pessoal, talvez, por disporem de recursos de financiamento. Com isso, puderam usar no custeio os recursos que estavam destinados a investimentos. Na prática, usaram recursos de financiamento em custeio, e assim acabaram

criando despesa permanente com recursos finitos. Isso contribuiu muito para a crise financeira atual (tabela 2.3).

Tabela 2.3. Crescimento da despesa com pessoal, pessoal mais ODC e RCL, por períodos selecionados			
Valores em R\$ milhões constantes de 2018 (IPCA)			
Períodos	Pessoal e encargos	Pessoal+ODC	RCL
2002	7.046,4	10.332,4	11.904,3
2010	10.666,1	16.219,2	19.805,0
2014	14.400,2	20.874,3	23.507,2
2018	14.794,6	21.859,4	23.708,8
2018/2003	4,7%	4,8%	4,4%
2014/2011	7,8%	6,5%	4,4%
2018/2015	0,7%	1,2%	0,2%

Fonte: Até 2010 -STN - Execução orçamentária dos estados.
Após: RREOs do Estado.
(S.Catarina - indicadores financeiros/planilha 2/X-167)

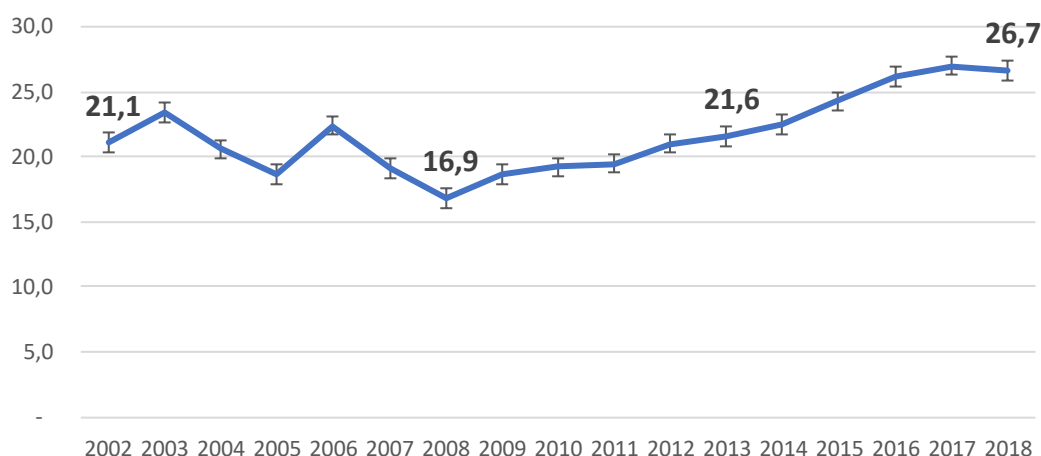
c.1.) Despesa com previdência

A despesa com previdência, correspondendo uma média de 21,7% da RCL no período, contribuiu muito para o alto gasto com pessoal. O que preocupa não é a média do período, mas o grande crescimento a partir de 2008, quando passou de 16,9% da RCL para 26,7% em 2018 (gráfico 2.7).

O gráfico 2.7.1 mostra a evolução da despesa previdenciária comparada com a da RCL, em dois períodos distintos. Entre 2002 e 2018 a despesa previdenciária cresceu a uma taxa anual de 5,9%, enquanto a RCL variou anualmente 4,4% (34% a mais), mas até 2012 apresentaram igual variação, de 81,5% ou 5,1%.

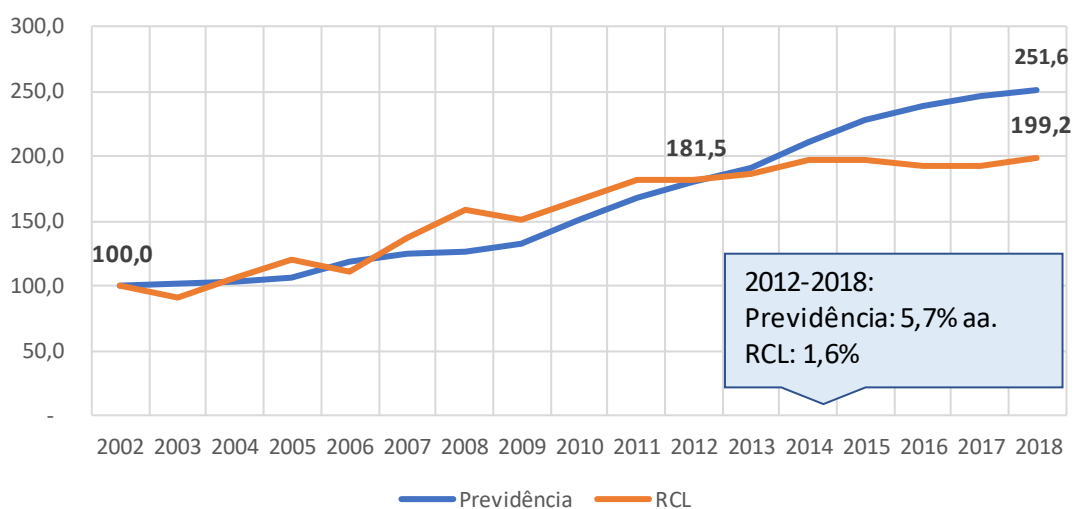
A partir de 2012, a variação da despesa previdenciária foi de 39,2%, o equivalente a uma taxa anual de 5,7%, enquanto a RCL cresceu apenas 9,7%, numa taxa de 1,6%.

Gráfico 2.7. S.Catarina - Despesa com previdência em % da RCL, 2002-2018



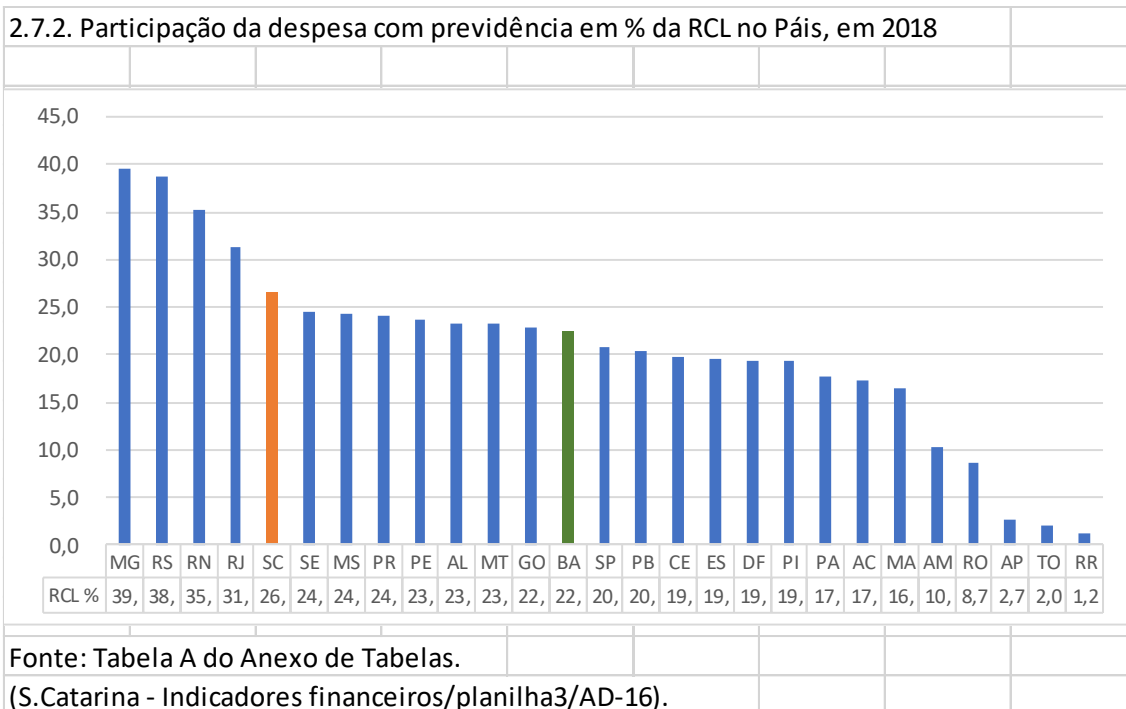
Fonte: Até 2009 -STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: RREOs do Estado.
(S.Catarina - indicadores financeiros/planiilha 2/H163)

Gráfico 2.7.1. Estado de SC - Crescimento real da despesa do previdência, 2002-2018



Fonte: Até 2009 -STN - Exceção orçamentária dos estados. Após: RREOs do Estado.
(S.Catarina - indicadores financeiros/planiilha 2/H212)

Santa Catarina, com 26,7% da RCL, ocupa a quinta posição no País, ficando atrás de MG, RS, RN e RJ, estados que atravessam grande crise financeira (gráfico 2.7.2).



d) Resultado orçamentário e receitas de capital

Nos 17 anos decorridos no período 2002-2018, em dez anos, houve déficit orçamentário, formando um total deficitário de R\$ 2,9 bilhões ou 1,7% da RCL. Parece pouco, mas devemos levar em consideração que nesse mesmo período, o total das receitas de capital (basicamente operações de crédito) alcançou R\$ 19,1 bilhões. Se excluirmos essas receitas de capital (receitas extras), o déficit orçamentário total, atinge R\$ 22,1 bilhões, ou 8,3% da RCL. As operações de crédito reduzem o déficit orçamentário, mas aumentam o endividamento e o serviço da dívida futuro. Deve ser destacado que os recursos das operações de crédito foram canalizados para investimentos, dos quais financiaram mais de 60%. Mesmo sendo aplicados todos os recursos em investimentos não deixa de indicar a situação deficitária do Estado (tabela 2.4).

Tabela 2.4. Resultado orçamentário e receitas de capital, 2002-2018					
Em R\$ milhões constantes de 2018 (pelo IPCA médio anual).					
ANO	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		RECEITAS	RES.ORÇAMENTÁRIO + REC.CAPITAL	
	VALOR	RCL - %	DE CAPITAL *	VALOR	RCL - %
	1	2	3	4 = 1+3	5
2002	-550,7	-4,6%	3.496,0	-4.046,7	-34,0%
2003	-1.883,9	-17,3%	345,9	-2.229,8	-20,5%
2004	-207,2	-1,6%	323,8	-531,0	-4,2%
2005	-32,4	-0,2%	247,2	-279,6	-2,0%
2006	-1.626,6	-12,3%	426,9	-2.053,6	-15,5%
2007	798,4	4,9%	426,6	371,8	2,3%
2008	1.695,9	9,0%	450,6	1.245,3	6,6%
2009	-560,0	-3,1%	195,4	-755,4	-4,2%
2010	3,2	0,0%	208,4	-205,2	-1,0%
2011	466,4	2,2%	233,8	232,6	1,1%
2012	-489,6	-2,3%	2.511,8	-3.001,3	-13,9%
2013	535,1	2,4%	2.932,5	-2.397,4	-10,8%
2014	485,7	2,1%	2.409,3	-1.923,6	-8,2%
2015	-277,4	-1,2%	1.471,7	-1.749,0	-7,4%
2016	112,3	0,5%	1.466,3	-1.354,0	-5,9%
2017	-229,4	-1,0%	1.698,6	-1.928,1	-8,4%
2018	-1.186,8	-5,0%	286,8	-1.473,6	-6,2%
TOTAIS	-2.946,1	-1,7%	19.134,6	-22.078,7	-8,3%

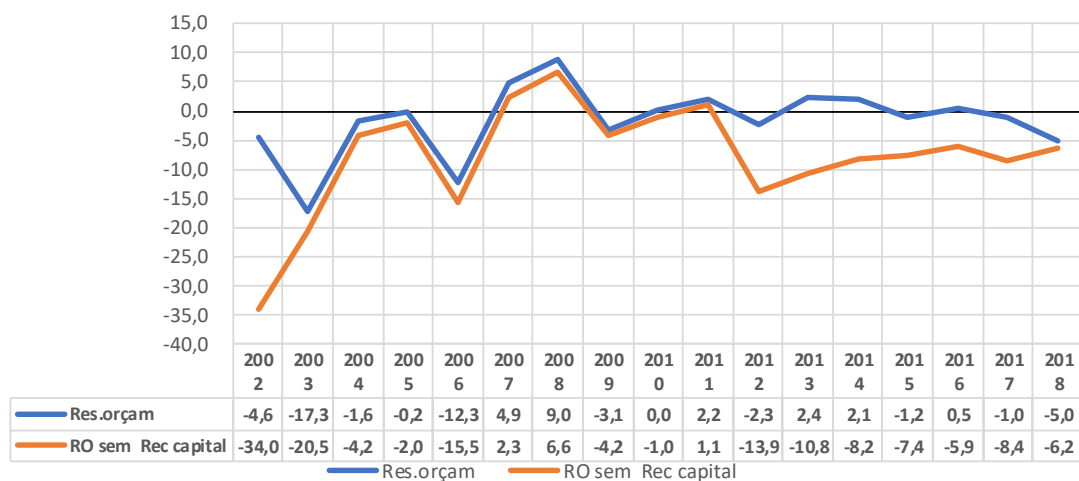
Fonte: STN Execução orçamentária dos estados até 2010. Após RREOs do Estado.
 (*) Basicamente operações de crédito. (S.Catarina - Indicadores financeiros/planilha 4/D-27).

O gráfico 2.8 mostra a dimensão do déficit orçamentário não fossem as receitas de capital (basicamente operações de crédito) É evidente que elas foram aplicadas em investimentos, conforme já citado. Mas esse nível de investimentos só foi possível com essas operações de crédito.

Deve se salientado, ainda, que se não fosse o acordo da dívida de 2016, os déficits orçamentários no triênio 2016 a 2018 teriam sido em bem maiores, como indica a linha vermelha, alcançando uma proporção da RCL de 13,9% em 2012, 10,8% em 2013 e 8,2% em 2014.

2.8. Resultado orçamentário com sem as receitas de capital, 2002-2018

Em % da RCL



Fonte: STN Execução orçamentária dos estados até 2010. Após RREOs dos estados.

(S.Catarina - Indicativos financeiros/planilha4/P33).

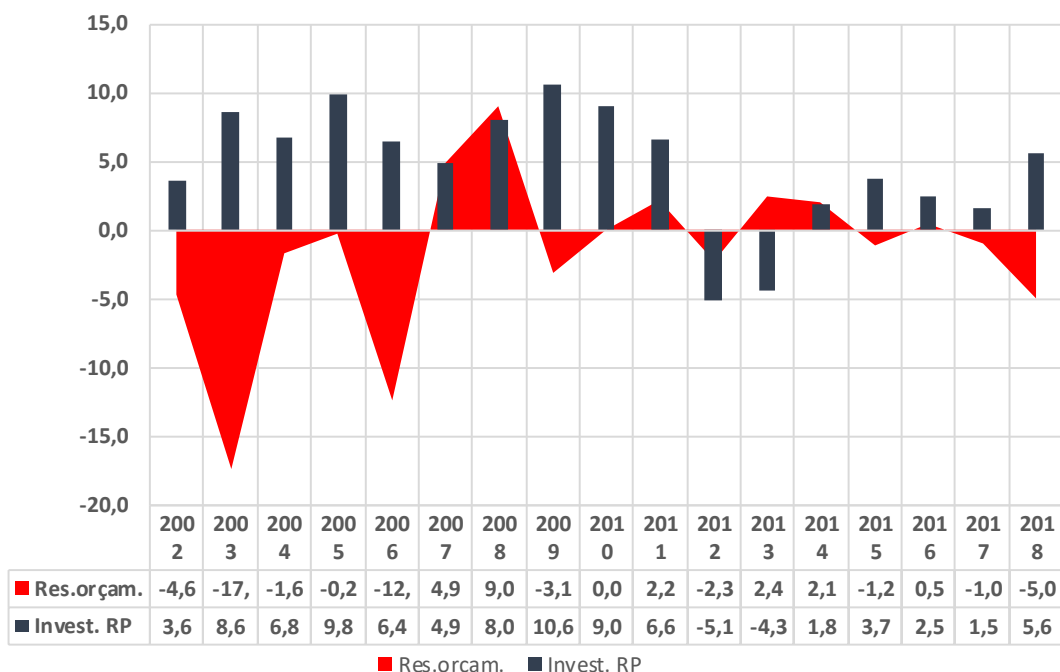
A tabela 2.5 e o gráfico 2.9 mostram que os déficits de um modo geral foram menores a partir de 2012, com a ocorrência de superávits, para o que contribuiu muito a redução dos **investimentos com recursos próprios (negativos em 2012 e 2013)**, confirmando a queda a redução da margem para investir (gráfico 2.3, anterior), que reflete o aumento da despesa corrente não financeira, mesmo que tenha havido redução na receita financeira (serviço da dívida). Os investimentos com recursos próprios são formados pela diferença entre investimentos e receitas de capital.

Em 2012 e 2013, a receitas de capital foram superiores aos investimentos, indicando que nesses anos elas financiaram para das despesas correntes e/ou amortizações da dívida.

Tabela 2.5. Investimentos e investimento com recursos próprios, 2002-2018						
Em R\$ milhões constantes de 2018 (Pelo IPCA médio anual)						
ANOS	INVESTIMENTOS	RECEITAS DE	INVESTIM.C/	EM % DA RCL		
		CAPITAL *	REC.PRÓPRIOS	INVESTIM.	RECEITAS DE	INVESTIM.C/
	1	2	3=1-2		CAPITAL	REC.PRÓPRIOS
2002	3.856,2	3.496,0	360,2	38,9%	35,3%	3,6%
2003	1.300,8	345,9	954,8	11,7%	3,1%	8,6%
2004	1.161,6	323,8	837,8	9,4%	2,6%	6,8%
2005	1.495,1	247,2	1.247,9	11,8%	1,9%	9,8%
2006	1.263,0	426,9	836,1	9,7%	3,3%	6,4%
2007	1.139,9	426,6	713,3	7,8%	2,9%	4,9%
2008	1.752,2	450,6	1.301,7	10,8%	2,8%	8,0%
2009	1.860,4	195,4	1.665,0	11,8%	1,2%	10,6%
2010	1.785,6	208,4	1.577,3	10,2%	1,2%	9,0%
2011	1.526,5	233,8	1.292,7	7,7%	1,2%	6,6%
2012	1.446,1	2.511,8	-1.065,7	6,9%	12,1%	-5,1%
2013	2.006,7	2.932,5	-925,8	9,4%	13,8%	-4,3%
2014	2.811,2	2.409,3	401,9	12,8%	11,0%	1,8%
2015	2.250,6	1.471,7	778,9	10,7%	7,0%	3,7%
2016	2.002,1	1.466,3	535,8	9,4%	6,9%	2,5%
2017	2.048,2	1.698,6	349,6	9,1%	7,5%	1,5%
2018	1.531,6	286,8	1.244,8	6,8%	1,3%	5,6%
TOTAL	31.237,9	19.131,6	12.106,3	11,5%	6,8%	4,7%

Fonte: STN Execução orçamentária dos estados até 2010. Após RREOs dos estados.
 (*) Basicamente operações de crédito. (S.Catarina - Indicadores financeiros/planilha 4/D-83).

Gráfico 2.9. Resultado orçamentário e investimentos com recursos próprios, 2002-2018
 Em R\$ bilhões constantes de 2018.



Fonte: STN Execução orçamentária dos estados até 2010. Após RREOs dos estados.
 (S.Catarina - Indicadores financeiros/planilha 4/S-65).

3. Estado de Santa Catarina no “ranking” nacional em 2018

A tabela 3.1 traz a posição do Estado de Santa Catarina no “rank” nacional em alguns indicadores financeiros selecionados. Esses indicadores foram classificados em **diretos e indiretos**.

São **indicadores diretos** aqueles cujo maior percentual em relação à RCL indica uma **situação melhor**. É o caso dos resultados orçamentário e do primário e da margem para investir.

São **indicadores indiretos** aqueles cujo maior participação na RCL indica uma **situação pior**. É o caso das despesas.

A tabela 3.1 sintetiza a tabela A do Anexo de tabelas do que passamos a tratar.

Tabela 3.1. Estado de S.Catana no "ranking" nacional, em 2018

INDICADORES	RCL - %	Posição <i>Ranking</i>	Média Estados
INDICADORES DIRETOS			
Investimentos	6,5	17	8,1
Resultado orçamentário	-5,0	22	-1,3
Resultado primário	1,2	20	2,9
Margem para investir	0,2	20	3,0
Cresc.real da RCL	4,4	8	4,0
INDICADORES INDIRETOS			
DCL/RCL *	93,0%	7	70,9%
Pessoal e enc.sociais	62,4	11	62,4
Pessoal + ODC	92,2	11	91,1
Previdência	26,7	5	20,6
Serviço da dívida	7,6	7	5,9

Fonte: Tabela A do Anexo * RCL da LRF, no caso.

Dos cinco **indicadores diretos**, o Estado de Santa Catarina possui quatro abaixo da média nacional. São eles: investimentos, resultado orçamentário, resultado primário e margem para investir.

Dos cinco **indicadores indiretos** o Estado de Santa Catarina possui quatro piores que a média nacional. São eles: endividamento, pessoal mais ODC (despesa corrente não financeira), previdência e serviço da dívida. Apenas num indicador, pessoal e encargos social, possui a mesma média.

Conclusão

O Estado de Santa Catarina apresentou no período 2002-2018 o oitavo maior crescimento da receita corrente líquida (RCL) no País, ou seja, 4,4% em termos reais, sendo 5,8% no período 2003-2014 e apenas 0,2% no período 2015-2018. A média e a mediana dos estados foram 4% no período 2002-2018.

Apesar do bom crescimento da RCL até 2014, a margem para investir no período em análise, com exceção dos anos 2008 e 2011, foi inferior aos investimentos, sendo negativa em três exercícios. A queda da RCL para 0,2% na média no último quadriênio contribuiu muito para isso. A partir de 2012, em sete exercícios, até 2018, a margem média anual foi de apenas 0,1%, enquanto os investimentos alcançaram quase 9%.

Para fazer investimentos que continuaram altos, o Estado de Santa Catarina fez uso de mais endividamento, que, aliado à redução do resultado primário a partir de 2009, implicou na mudança de direção do saldo devedor da dívida que vinha caindo, ao passar de 46% da RCL em 2013 para 93% em 2018. A implicação desse endividamento foi o aumento do serviço da dívida, que foi reduzido em decorrência da repactuação da dívida ocorrida em 2016.

O resultado primário desde 2009 foi inferior ao do serviço da dívida, sendo negativo nos últimos quatro exercícios, a exceção de 2018, que, mesmo positivo, foi muito baixo.

Contribuiu, sobremaneira, para a queda do resultado primário, o aumento da despesa corrente não financeira _ pessoal mais ODC _ que somada ao serviço da dívida, passou a ultrapassar 100% RCL a partir de 2012. Com isso, o pagamento do serviço da dívida e os investimentos só puderam ser feitos com altos déficits ou endividamento. Tanto a despesa com pessoal com as outras

despesas correntes em todo o período considerado apresentaram um incremento real maior que o da RCL, mesmo quando o crescimento desta foi elevado. Isso gera o desequilíbrio crônico.

Outro fator a destacar é o crescimento real anual da **despesa previdenciária, de 5,9% no período 2002-2018**, maior que o da RCL (4,4%). O mais grave é que no período 2015-2018, enquanto a RCL cresceu 0,2% ao ano, seu crescimento foi de 4,5%.

Santa Catarina, com 26,7% da RCL, ocupa a **quinta posição no País em despesa com previdência**, ficando atrás de MG, RS, RN e RJ, estados que atravessam grande crise financeira; Pela dimensão e pela expansão desse tipo de gastos, na ausência de uma reforma, o Estado poderá entrar em grande crise fiscal em futuro próximo.

Os resultados orçamentários foram deficitários em quase todos os anos, só não sendo maiores, devido ao alto montante de operações de crédito que, sem elas, teriam sido muito mais expressivos em alguns anos, especialmente a partir de 2012. Por outro lado, o endividamento aumentou. Nos últimos anos contribuiu também para a redução dos déficits orçamentários, a repactuação da dívida com a União, que reduziu o serviço da dívida.

A partir de 2011 os déficits reduziram pelas razões citadas e também pela queda de investimento com recursos próprios.

O Estado de Santa Catarina em 2018, apesar ter ficado em oitavo lugar no País no crescimento da RCL, ficou abaixo da média nacional nos demais oito indicadores, com destaque para a reduzida margem de investir e o resultado orçamentário negativo. Este último teria sido muito pior, não fosse o acordo da dívida de 2016, conforme já citado.

Embora a situação tenha piorado com a crise econômica, restam problemas estruturais para cujo enfrentamento vai necessitar fazer ajustes, sendo o principal a reforma da previdência.

Porto Alegre, 2 de julho de 2019.

Referências Bibliográficas

STN – Execução Orçamentária dos Estados, 2002-2009.

Estado de Santa Catarina – Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal, 2010 -2018. Dados retirados do “site” próprio.

SANTOS – Darcy Francisco Carvalho dos. Estados brasileiros em 15 anos da Lei de Responsabilidade. Fiscal. Disponível em:

<http://www.darcyfrancisco.com/arquivos/15%20anos%20LRF1>.

SANTOS. Darcy Francisco Carvalho dos Santos. O Rio grande tem saída? Editora Age, 2014. Porto Alegre-RS.

ANEXO DE TABELAS

ANEXO DE TABELAS

Tabela A. Indicadores financeiros dos estados em 2018, em proporção da Recetia corrente líquida - RCL (*)

INDICADORES INDIRETOS												INDICADORES DIRETOS									
Or-dem	UF	ÍNDICES MAIORES: POSIÇÃO MENOR - Situação pior.										ÍNDICES MAIORES: POSIÇÃO MENOR: situação melhor									
		Pessoal e			Pessoal+			Previdência				Investi-		Resultado		Resultado		Margem p/		Receitas	
		DCL/RCL	Pos.	Enc.sociais	Pos.	ODC **	Pos.	(bruta)	Pos.	S.divida	Pos.	mentos	Pos.	orçam.	Pos.	primário	Pos.	investir	Pos.	capital	Pos.
1	AC	73,0%	9	67,2	5	90,7	16	17,3	21	8,0	5	8,6	13	-0,9	14	1,4	18	1,3	18	6,38	3
2	AL	103,0%	5	61,7	15	86,1	22	23,3	10	7,7	6	11,8	4	-3,8	21	7,6	5	6,1	7	1,84	22
3	AM	41,0%	17	50,6	27	87,1	21	10,2	23	5,7	14	9,5	10	2,8	6	4,0	10	7,1	6	5,10	7
4	AP	14,0%	25	55,7	23	77,0	27	2,7	25	5,0	17	4,0	25	13,9	1	-3,6	26	17,9	1	-	27
5	BA	56,0%	12	60,5	17	92,6	10	22,4	13	4,7	18	9,2	12	-2,6	18	0,0	23	2,7	14	3,95	11
6	CE	44,0%	15	55,5	24	88,5	20	19,8	16	6,9	8	15,4	1	-3,4	20	2,5	14	4,6	10	7,43	2
7	DF	30,0%	21	59,2	20	96,6	5	19,4	18	2,6	26	5,4	20	-0,3	13	-1,7	25	0,9	19	4,21	10
8	ES	26,0%	24	51,8	26	82,1	25	19,6	17	4,4	19	10,9	6	3,5	4	6,1	6	13,5	3	0,89	26
9	GO	94,0%	6	62,4	12	91,7	13	22,9	12	8,7	4	7,4	14	-6,0	23	4,6	9	-0,4	23	1,75	23
10	MA	42,0%	16	65,6	8	100,7	2	16,4	22	6,8	9	10,3	7	-11,8	26	1,4	19	-7,5	26	5,98	4
11	MG	203,0%	3	82,2	1	104,2	1	39,6	1	12,7	1	3,2	26	-19,2	27	2,4	15	-16,9	27	0,98	25
12	MS	78,0%	8	66,9	6	91,7	14	24,4	7	5,3	16	11,5	5	1,0	8	4,8	8	3,0	13	9,48	1
13	MT	41,0%	18	73,3	2	94,4	8	23,3	11	5,8	13	6,1	18	-2,5	17	7,9	4	-0,1	21	3,72	14
14	PA	9,0%	26	61,9	14	91,6	15	17,7	20	2,7	25	13,1	2	-3,0	19	-7,9	27	5,8	9	4,37	8
15	PB	30,0%	22	56,7	22	90,6	17	20,4	15	3,5	21	7,0	15	2,0	7	2,4	16	5,8	8	3,15	17
16	PE	58,0%	11	61,4	16	91,9	12	23,6	9	6,2	12	6,0	19	0,1	12	3,5	11	1,8	16	4,27	9
17	PI	45,0%	14	59,5	19	93,2	9	19,4	19	4,4	20	9,5	9	-1,2	15	-1,5	24	2,5	15	5,85	5
18	PR	29,3%	23	64,4	9	89,2	19	24,1	8	3,3	23	9,3	11	0,4	11	0,0	22	7,5	5	2,23	20
19	RJ	232,0%	1	65,9	7	97,4	3	31,3	4	1,0	27	2,6	27	4,4	3	3,3	12	1,7	17	5,33	6
20	RN	8,0%	27	62,7	11	81,9	26	35,2	3	2,9	24	13,0	3	6,0	2	5,0	7	15,2	2	3,79	12
21	RO	50,0%	13	57,2	21	85,9	23	8,7	24	3,5	22	10,2	8	3,0	5	2,8	13	10,6	4	2,59	18
22	RR	35,0%	19	59,6	18	89,8	18	1,2	27	6,6	10	5,2	22	0,6	9	11,0	1	3,7	12	2,10	21
23	RS	213,0%	2	71,8	3	96,0	6	38,8	2	9,8	3	4,3	24	-6,8	25	2,0	17	-5,8	25	3,35	16
24	SC	93,0%	7	62,4	13	92,2	11	26,7	5	7,6	7	6,5	17	-5,0	22	1,2	20	0,2	20	1,21	24
25	SE	60,0%	10	63,2	10	94,5	7	24,5	6	5,6	15	5,2	21	-1,6	16	0,9	21	-0,2	22	3,79	13
26	SP	175,0%	4	53,9	25	85,3	24	20,8	14	10,6	2	7,0	16	0,6	10	8,5	2	4,1	11	3,50	15
27	TO	33,0%	20	71,4	4	97,1	4	2,0	26	6,4	11	5,2	23	-6,2	24	8,4	3	-3,5	24	2,38	19
Média		70,9%		62,4		91,1		20,6		5,9		8,1		-1,3		2,9		3,0		3,7	

Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.

(*) RCL: gerencial. Diferença entre receitas correntes e transferências aos municípios, inclui: (**) Outras despesas correntes.

Tabela B do Anexo. RCL dos estados, 2002 - 2018																		
Em R\$ milhões constantes de 2018 (pelo IPCA médio).																		
UF	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Taxa anal
AC	2.673	2.454	2.592	3.065	-	3.615	4.076	4.342	4.483	4.686	4.903	5.208	5.684	4.825	4.976	4.866	5.138	4,2
AL	4.556	4.430	4.894	5.136	5.415	6.079	6.450	6.266	6.693	7.130	7.104	7.252	7.579	7.340	8.444	7.738	8.290	3,8
AM	7.808	7.097	8.105	8.651	9.040	9.967	11.315	10.366	11.954	12.886	14.175	14.309	14.421	13.179	13.166	12.896	14.040	3,7
AP	2.298	2.187	2.621	2.969	3.216	3.622	4.147	3.659	4.135	4.347	5.091	4.591	5.423	2.485	4.420	-	4.906	4,9
BA	20.520	20.347	22.935	23.867	25.552	25.162	26.980	26.761	30.263	31.505	33.638	34.038	35.680	34.562	33.860	33.994	35.021	3,4
CE	12.454	11.911	12.263	13.196	12.808	15.295	17.576	17.916	19.733	20.855	19.426	18.752	19.005	18.348	19.790	19.119	19.969	3,0
DF	18.665	11.750	12.565	13.685	14.956	15.982	17.823	18.209	19.438	20.252	21.170	21.998	22.785	29.307	27.542	21.515	21.888	1,0
ES	7.654	8.589	10.090	11.743	12.365	13.772	14.012	12.913	13.653	15.165	16.062	14.693	15.451	14.381	13.156	13.041	13.942	3,8
GO	9.915	11.145	12.345	12.711	13.047	14.599	16.230	15.735	17.553	19.713	20.842	21.316	21.921	21.022	21.364	22.625	22.374	5,2
MA	7.983	7.097	6.874	7.939	8.625	9.750	10.921	10.918	11.407	12.631	13.650	12.806	13.437	13.111	13.912	13.547	13.905	3,5
MG	31.979	34.687	37.004	40.782	44.290	48.416	55.701	50.580	54.888	57.564	58.751	59.278	61.442	60.608	57.045	57.158	58.603	3,9
MS	5.098	5.474	6.348	6.160	6.892	7.565	8.711	8.416	8.795	9.475	9.887	10.128	10.733	10.129	10.515	10.571	11.540	5,2
MT	6.154	7.399	8.354	8.922	9.012	9.983	11.152	11.145	11.940	12.337	13.324	13.686	14.394	14.146	15.058	15.286	15.950	6,1
PA	8.773	8.456	9.290	10.007	11.120	12.084	13.839	13.917	15.088	16.190	18.738	18.540	19.796	20.125	19.746	19.186	19.547	5,1
PB	5.313	5.348	5.424	6.609	7.210	7.648	8.112	8.259	8.585	9.450	9.409	9.931	10.211	9.652	9.820	9.774	9.916	4,0
PE	13.970	12.911	14.394	16.326	15.005	16.113	18.368	18.553	20.983	22.927	23.416	24.252	24.606	24.010	23.310	23.436	24.297	3,5
PI	3.942	3.372	4.189	4.996	5.434	5.756	7.037	7.069	7.579	7.942	8.307	8.132	8.227	8.032	8.457	8.671	9.069	5,3
PR	20.332	19.593	20.388	21.444	22.557	23.812	26.202	26.231	27.893	29.973	31.254	35.930	37.571	38.716	38.387	39.660	39.194	4,2
RJ	40.573	47.350	50.719	51.615	56.007	56.072	63.063	56.173	63.868	67.766	66.956	65.551	60.503	59.935	49.650	54.198	60.372	2,5
RN	5.504	5.231	5.932	6.764	7.487	7.695	8.463	8.447	9.238	9.362	10.058	10.284	10.336	11.274	9.629	9.831	9.687	3,6
RO	3.381	3.420	3.843	4.426	4.521	4.953	5.870	5.618	6.198	7.142	7.130	6.814	7.322	7.034	7.194	6.954	7.273	4,9
RR	1.940	1.662	1.747	2.158	2.380	2.510	3.265	2.810	2.941	3.740	3.356	3.437	3.646	3.402	3.698	3.404	3.611	4,0
RS	24.771	25.307	24.843	26.355	27.570	28.306	31.527	31.625	35.452	34.899	35.374	38.092	38.484	36.731	39.113	38.676	40.468	3,1
SC	11.904	10.877	12.670	14.267	13.213	16.357	18.880	17.897	19.805	21.564	21.608	22.243	23.507	23.510	22.897	22.900	23.709	4,4
SE	4.604	4.298	4.616	5.417	5.855	6.081	7.001	6.876	8.724	7.628	7.923	7.873	7.989	7.666	7.588	7.401	7.636	3,2
SP	106.710	102.389	110.029	118.116	129.344	135.917	149.353	150.775	166.550	168.738	171.782	180.434	178.103	169.285	155.843	162.418	164.336	2,7
TO	3.788	3.639	3.844	4.676	4.821	5.335	6.232	5.925	6.509	7.182	7.492	7.509	8.087	7.693	8.950	7.748	7.417	4,3
Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor. (Goiás - indicadores financeiros/RCL dos estados)																		4,0

Anexo de tabelas											
Tabela C - Estado de Santa Catarina - principais variáveis financeiras, 2002-2018											
Em R\$ milhões correntes											
Exerc.	RCL	Previdência	Contribuição servidores	Investimentos sent.ampl	ODC	Pessoal enc.sociais	Serviço da dívida	Resultado orçamentário	Resultado primário	Margem para investir	Recetas de capital
2002	4.490,1	947,5	-	1.454,5	1.239,4	2.657,8	664,7	-207,7	-834,7	-71,8	1.318,6
2003	4.706,5	1.102,4	-	562,8	1.417,8	3.058,3	632,4	-815,1	-408,0	-402,0	149,7
2004	5.843,6	1.204,9	-	535,8	1.476,7	3.367,9	708,1	-95,6	438,6	290,9	149,3
2005	7.032,5	1.310,9	-	737,0	1.727,8	3.919,8	785,8	-16,0	515,5	599,2	121,8
2006	6.785,3	1.520,3	-	648,6	1.964,8	4.336,3	890,2	-835,3	-185,5	-406,0	219,2
2007	8.705,7	1.665,3	-	606,7	2.205,3	4.722,8	973,0	424,9	1.125,4	804,6	227,1
2008	10.619,1	1.790,2	-	985,6	2.628,3	5.183,4	1.121,4	953,9	1.648,1	1.686,0	253,4
2009	10.558,5	1.967,4	-	1.097,6	3.028,8	5.614,6	1.263,2	-330,4	627,7	651,9	115,3
2010	12.272,8	2.361,0	-	1.106,5	3.441,1	6.609,6	1.242,7	2,0	880,4	979,4	129,1
2011	14.249,5	2.774,9	-	1.008,7	3.754,7	7.831,5	1.500,9	308,2	1.259,6	1.162,4	154,5
2012	15.050,1	3.162,0	-	1.007,2	4.052,9	8.856,8	3.223,7	-341,0	869,5	-1.083,3	1.749,5
2013	16.453,8	3.550,3	-	1.484,4	4.724,5	9.766,8	2.251,4	395,9	295,6	-289,0	2.169,3
2014	18.489,4	4.164,6	-	2.211,1	5.092,1	11.326,3	1.372,8	382,0	-654,1	698,1	1.895,0
2015	20.161,0	4.893,9	716,3	1.930,0	5.482,1	12.456,7	1.792,2	-237,9	-330,0	430,1	1.262,1
2016	21.351,6	5.584,5	821,7	1.867,0	6.014,3	13.450,9	1.282,0	104,7	-769,6	604,3	1.367,3
2017	22.090,2	5.967,3	2.336,5	1.975,8	6.507,6	14.159,9	1.306,9	-221,3	-1.133,5	115,9	1.638,6
2018	23.708,8	6.319,8	1.010,7	1.531,6	7.064,8	14.794,6	1.791,4	-1.186,8	276,0	58,0	286,8
Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.											
(Santa Catarina - indicadores financeiros/Planilha 5)											

Anexo de tabelas											
Tabela D - Estado de Santa Catarina - principais variáveis financeiras, 2002-2018											
Em R\$ milhões constantes de 2018 (IPCA médio anual).											
Exerc.	RCL	Previdência	Contribuição servidores	Investimentos sent.amplo	ODC	Pessoal enc.sociais	Seriço da dívida	Resultado orçamentário	Resultado primário	Margem para investir	Recetas de capital
2002	11.904,3	2.511,9	-	3.856,2	3.286,1	7.046,4	1.762,4	-550,7	-2.213,1	-190,5	3.496,0
2003	10.877,4	2.547,8	-	1.300,8	3.276,7	7.068,3	1.461,6	-1.883,9	-942,8	-929,1	345,9
2004	12.669,5	2.612,4	-	1.161,6	3.201,7	7.302,1	1.535,2	-207,2	951,0	630,6	323,8
2005	14.267,2	2.659,4	-	1.495,1	3.505,2	7.952,2	1.594,2	-32,4	1.045,8	1.215,6	247,2
2006	13.212,8	2.960,5	-	1.263,0	3.826,0	8.444,0	1.733,4	-1.626,6	-361,3	-790,5	426,9
2007	16.356,8	3.128,8	-	1.139,9	4.143,5	8.873,4	1.828,1	798,4	2.114,4	1.511,7	426,6
2008	18.879,7	3.182,8	-	1.752,2	4.672,9	9.215,6	1.993,8	1.695,9	2.930,1	2.997,5	450,6
2009	17.897,2	3.334,8	-	1.860,4	5.134,0	9.517,0	2.141,2	-560,0	1.064,0	1.105,0	195,4
2010	19.805,0	3.810,1	-	1.785,6	5.553,1	10.666,1	2.005,4	3,2	1.420,8	1.580,4	208,4
2011	21.564,0	4.199,2	-	1.526,5	5.682,0	11.851,5	2.271,3	466,4	1.906,2	1.759,1	233,8
2012	21.607,8	4.539,8	-	1.446,1	5.818,9	12.716,0	4.628,3	-489,6	1.248,3	-1.555,3	2.511,8
2013	22.243,2	4.799,6	-	2.006,7	6.386,9	13.203,3	3.043,6	535,1	399,5	-390,7	2.932,5
2014	23.507,2	5.294,9	-	2.811,2	6.474,1	14.400,2	1.745,4	485,7	-831,6	887,5	2.409,3
2015	23.509,6	5.706,7	835,3	2.250,6	6.392,6	14.525,6	2.089,9	-277,4	-384,8	501,5	1.471,7
2016	22.896,9	5.988,7	881,2	2.002,1	6.449,6	14.424,4	1.374,8	112,3	-825,3	648,1	1.466,3
2017	22.899,8	6.186,0	2.422,1	2.048,2	6.746,1	14.678,8	1.354,8	-229,4	-1.175,0	120,2	1.698,6
2018	23.708,8	6.319,8	1.010,7	1.531,6	7.064,8	14.794,6	1.791,4	-1.186,8	276,0	58,0	286,8
Taxa	4,4%	5,9%		-5,6%	4,9%	4,7%	0,1%	4,9%	-	-	-14,5%
Fonte: Até 2009 - STN Execução orçamentária dos estados. Após: RREOs dos estados. Cálculos do autor.											
(Goiás - indicadores financeiros/Planilha 5)											